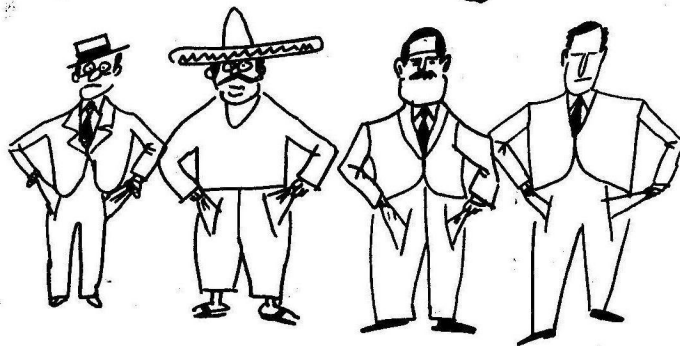


Revisão que se impõe

EXPEDICTO QUINTAS
Da Editoria de Opinião

29 MAI 1984



Tem destinação ampla o comunicado conjunto, distribuído pelo Itamarati, abrindo uma discussão em nível dos Chanceleres e dos Ministros da Área Econômica do Brasil, México, Argentina e Colômbia, para avaliar as formas de superar os problemas gerados pelo endividamento de US\$ 300 bilhões desses países, ante o grau de incertezas estabelecido pelas nações credoras. Quer pelas constantes alterações nos custos da dívida, quer pela escalada protecionista desestabilizadora por excelência dos planos de comercialização internacional dos povos devedores.

Figueiredo, De La Madri, Alfonsín e Bettancur, subscritores do documento, utilizaram uma linguagem clara, objetiva, sincera e espontânea, mostrando com seriedade os descaminhos que poderão inviabilizar a sustentação dos compromissos para saldar as dívidas.

“Verificamos — diz o documento nos últimos dias tão analisado — que os sucessivos aumentos das taxas de juros, a perspectiva de novos aumentos e a proliferação e a intensidade das medidas protecionistas criaram um panorama sombrio para os nossos países e para a região em seu conjunto”.

Cada ponto percentual acrescentado nas taxas de juros significam US\$ 3 bilhões de adicionais. Se para pagar em dia os compromissos são necessários dólares, gerados nas exportações, como viabilizar qualquer procedimento quando as barreiras alfandegárias agem no sentido oposto, impedindo o ingresso de produtos nas nações credoras?

“Fomos os primeiros a demonstrar empenho em cumprir os compromissos financeiros em termos compatíveis com o interesse da comunidade internacional. Não aceitamos ser acuados a uma situação de insolvência forçada e de paralisação econômica prolongada”.

Mais propriedade de colocação seria impossível. Consciência da gravidade do momento que estamos vivendo é outro aspecto que ressalta do autêntico manifesto contra a servidão econômica a que estaremos condenados na hipótese de prevalecerem os cruéis atos de gerenciamento financeiro dos banqueiros internacionais.

“Nossos países não podem aceitar esses riscos” — declararam os presidentes, acentuando, logo em seguida, uma firme disposição de discutir o assunto em forma multilateral, “indispensável para que se inicie, sem demora, um esforço concentrado da comunidade inter-

nacional com o objetivo de definir ações e medidas de cooperação que permitam resolver esse problema”.

Compreensão e cooperação constituem as bases da posição dos devedores, numa atitude soberana e soberceira, colocando na altitude compatível as formas de alinhamento para um entendimento respeitoso e responsável.

Tanto em Wall Street e na city londrina, quanto no Clube de Paris ou em Frankfurt a disposição dos países latinos da América deve ter chegado como vanguarda de uma série de atitudes e cuidados que hão de mudar o plano do diálogo das comunidades financeiras mundiais.

Em Paris, onde estão reunidos ministros dos principais países desenvolvidos, titulares de uma certa de empréstimo de US\$ 750 bilhões ao Terceiro Mundo, os Estados Unidos garantiram aos seus parceiros que continuarão a negociar caso por

caso os problemas do endividamento internacional, em nítido confronto com as postulações de brasileiros, mexicanos, argentinos e colombianos, aos quais se juntarão, certa e seguramente, as demais nações da latinidade americana.

A frente única representada por quem deve US\$ 300 bilhões tem mais consistência, dispõe de melhores argumentos, podendo montar uma estratégia de alto ganho para poder chegar a negociações que ponham aqueles que devem a salvo da ruína interna, do desajuste social irreversível e de uma implosão política de efeitos imprevisíveis.

Os créditos maiores que advierem das negociações a terem curso, a partir da nota conjunta, deverão ser incorporados às Chancelarias dos países signatários. No particular, é bom que se destaque a oportunidade da intervenção da diplomacia, estrutura adequada para introduzir a componente política na fria mesa dos banqueiros internacionais e dos tecnocratas financeiros que compõem até aqui a mão dupla dos entendimentos.

Nos próximos dias com certeza estará definitivamente estruturado esse foro privilegiado onde afinal deverão ser compostas em definitivo as negociações para propiciar a quem deve condições de pagar com honra e segurança os seus débitos, marcando o fim de uma era de todo incompatível com os princípios da Carta das Nações Unidas, documento contrário à escravidão entre povos livres.